

A INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL SEGUNDO OS THINK TANKS DOS ESTADOS UNIDOS, DA ALEMANHA E DA FRANÇA (2003-2014)

Luciana Wietchikoski¹

Fernando Preusser de Mattos²

André Morais França³

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a produção discursiva dos principais *think tanks* especializados em temas de defesa e segurança da Alemanha, dos EUA e da França a respeito da inserção internacional do Brasil nos anos de 2003-2014 a partir de três aspectos: (1) relações bilaterais; (2) política regional; e (3) políticas de defesa e segurança internacional. Nesse período, potências emergentes como o Brasil buscaram adquirir maior autonomia em suas relações internacionais, o que suscitou interesse nas grandes potências em compreender o seu novo posicionamento no sistema internacional. No presente estudo, argumentamos que os *think tanks* formulam ideias e discursos que pretendem influenciar a tomada de decisão das grandes potências e reportamos os principais resultados da análise qualitativa de cento e doze publicações de onze *think tanks*, selecionadas a partir de marcadores pré-definidos. Demonstramos como os discursos veiculados pelos *think tanks* europeus enfatizam, sobretudo, a representação do Brasil como um país cujo relacionamento deveria ser elevado a um novo patamar, como “parceiro à altura dos olhos”, sobretudo em contraposição à Venezuela. Nos EUA, por outro lado, identificamos divergências marcadas, com representações que ora ressaltam o status de potência emergente democrática, responsável e confiável do país, ora questionam iniciativas brasileiras no campo da segurança internacional, como a Declaração de Teerã ou a liderança brasileira na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira; Think tanks; Estados Unidos da América; Alemanha; França

¹ Doutora. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul (RS), Brasil. E-mail: wietch.luciana@yahoo.com.br /Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1629-4387>

² Doutorando. Institute for Peace Research and Security Policy (IFSH) da Universidade de Hamburgo, Alemanha. E-mail: preusser.fernando@gmail.com /Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9757-227X>

³ Bacharel em Relações Internacionais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Rio Grande do Sul (RS), Brasil. E-mail: andremfranca@hotmail.com /Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1821-9292>

INTRODUÇÃO

A primeira década e meia do século XXI caracterizou-se por mudanças substantivas na distribuição de poder global. Além do crescente protagonismo de Estados como China e Rússia, da criação de novos fóruns multilaterais e da paulatina erosão da legitimidade dos Estados Unidos da América como líder da ordem institucional global, países intermediários e potências emergentes buscaram adquirir maior independência em suas relações internacionais nesse período (HURRELL, 2006; FLEMES, 2010; KAHLER, 2013; VEZIRGIANNIDOU, 2013). Neste último conjunto de países, o Brasil desempenhou um papel de destacado ativismo internacional e diversificação de relações durante a gestão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), perfil que foi mantido — ainda que com intensidade e protagonismo reduzidos — no primeiro mandato da ex-presidente Dilma Rousseff (2011-2014).

Entre 2003 e 2014, a diplomacia brasileira empreendeu diferentes esforços na busca por status e reconhecimento junto às grandes potências e na pretensão de liderança junto aos países do Sul Global⁴. Para tanto, o Brasil mobilizou a comunidade internacional em torno de possíveis reformas das principais instituições multilaterais, participou da criação de novas coalizões internacionais — tais como BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul), G-20 Comercial e IBAS (Índia, Brasil e África do Sul) —, e conduziu a criação de fóruns regionais como a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Ademais, além de intensificar suas relações com países do entorno regional latino-americano, a política externa brasileira no período em questão também ampliou o horizonte de ambições políticas, comerciais e, até mesmo, em assuntos de segurança, projetando os interesses do País à África, ao Oriente Médio e ao leste da Ásia (AMORIM, 2015; CERVO; LESSA, 2014; CERVO 2010; FLEMES, 2010; REIS; ANDRIOTTI, 2012; REIS, 2015; VIGEVANI; CEPALUNI, 2007).

⁴“O termo ‘Sul global’ é designação simbólica para denominar uma ampla gama de nações em desenvolvimento, diversificadas em suas histórias, origens e tradições, com múltiplos enfoques no que se refere ao poder, à cultura ou à identidade. O rótulo tem substituído e atualizado progressivamente a qualificação de ‘terceiro mundo’, na qual foram catalogados muitos países em desenvolvimento ao conquistar sua independência e inaugurar uma ordem internacional pós-colonial” (PINO, p. 57, 2014). Além do Brasil, o termo engloba países como Índia, África do Sul, México, Uruguai, Argentina, Cuba e China, por exemplo.

Essa nova postura em política externa, concomitantemente a outras transformações internacionais em curso, suscitou nas grandes potências ocidentais uma série de iniciativas que buscavam compreender o novo posicionamento do Brasil no sistema internacional e, conseqüentemente, elaborar possíveis respostas políticas à renovada inserção brasileira nas relações internacionais. Persistia nesses países, todavia, a ausência de diretrizes políticas sedimentadas para lidar com a nova realidade que se configurava, em especial no tocante à ascensão relativa do Brasil junto às demais potências emergentes (SVARTMAN, 2016; VEZIRGIANNIDOU, 2013).

Nesse contexto, tem se afirmado com crescente relevância para o debate estratégico das grandes potências um conjunto de atores cujas ideias, discursos e práticas precedem, informam e pretendem influenciar as políticas externa, de defesa e de segurança: os think tanks, organizações dedicadas à produção e à articulação de conhecimentos voltados a políticas públicas de âmbito doméstico e internacional. Como veremos, a produção discursiva desses atores revela-se importante fonte de análise da repercussão externa sobre temas com os quais a diplomacia brasileira passou a engajar-se mais ativamente no período em questão. Ademais, segundo os diplomatas Benoni Belli e Filipe Nasser (2014), é fundamental que se compreendam as visões disseminadas pelos think tanks de países estratégicos sobre temas que interessam ao Brasil – visões estas que repercutem em um amplo espectro de atores que têm acesso à produção desses institutos –, pois, conforme argumentam os autores:

[a] questão que se coloca não é mais se o Brasil será ou não analisado e interpretado nesse ambiente, mas qual produto no mercado de ideias tenderá a obter sucesso de vendas. Dito de outro modo, a questão é saber se o país será objeto passivo de análises e interpretações nos think tanks ou se será capaz de tornar-se sujeito na definição de narrativas que têm impacto sobre sua projeção internacional (BELLI; NASSER, 2014, p. 166-170).

Assim, o presente trabalho tem como objetivo identificar e analisar um conjunto de opções políticas elaboradas e/ou veiculadas por alguns dos think tanks mais relevantes da Alemanha, dos Estados Unidos da América (EUA) e da França – países cuja densidade de relacionamento com o

Brasil em áreas como comércio exterior, cooperação técnica, cooperação em defesa, meio ambiente, cultura e sociedade, entre diversas outras, os qualifica dentre os mais importantes parceiros tradicionais da diplomacia brasileira. O corpus de análise desta pesquisa é constituído, portanto, por cento e doze publicações selecionadas a partir de marcadores (ou filtros) de corte temático e cronológico nos bancos de dados online dos onze institutos pesquisados (sete dos EUA, dois da Alemanha e dois da França), compreendendo relatórios, notas, artigos, transcrições de eventos e policy papers publicados pelos think tanks ao longo do período 2003-2014.

O desenho de pesquisa utilizado neste trabalho tem como fundamentação teórico-metodológica a análise de discurso pós-estruturalista desenvolvida, entre outros, por Hansen (2006, 2016) a partir da tradição de teóricos como Foucault (1970, 1974, 1977), Derrida (1976, 1978), Kristeva (1980) e Laclau e Mouffe (1985). Ontologicamente, o pós-estruturalismo assume a relevância da linguagem e a indissociabilidade entre representações e política, compreendidas como mutuamente constitutivas e discursivamente interligadas. Como desdobramento epistemológico, o discurso torna-se instância de análise fundamental para que se possa compreender a construção relacional de identidades e sua aplicabilidade ao estudo de problemas de pesquisa em Relações Internacionais. Isso porque, como prática discursiva, toda política externa precisa atribuir significados às situações a que se dirige e construir os objetos em face dos quais a sua implementação é sustentada como legítima e justificável.

Discursos em política externa, conforme argumenta Hansen (2006, p. 1, tradução nossa) “articulam e entrelaçam fatores materiais e ideias em uma tal medida, que os dois não podem ser separados um do outro”, estruturando-se a partir de representações de identidades que legitimem o curso de ação política adotado. Sendo discursivas e políticas, tais representações de identidades são construídas por meio do discurso sob ópticas interpretativas particulares aos entes que produzem seus discursos, não havendo, assim, identidades objetivas, situadas em um espaço extradiscursivo; as questões de política externa são apresentadas segundo tais ópticas interpretativas, as quais se sustentam nas representações de identidade construídas pelo discurso para contextualizar, justificar e legitimar opções de política externa adotadas ou em vias de serem adotadas.

Representações de identidades advêm, portanto, de um conjunto amplo

de atores que interagem no espaço social por meio de códigos coletivamente articulados, o que explicita o seu caráter social. Por fim, as identidades são relacionais, visto serem sempre construídas em relação a algo que não são, ao “Outro”. Tal construção se dá em um duplo processo discursivo formado pela justaposição de signos distintivos dessa identidade em ligação positiva (processo de associação) aos signos diametralmente opostos do “Outro” (processo de diferenciação). Decorre dessa discussão a respeito da natureza discursiva, política, relacional e social da identidade a noção de que os discursos de política externa articulam-se sempre e tornam-se de um “Eu” (Self) e de “Outros” (Others).

Muito embora os discursos clássicos de segurança articulem-se, tradicionalmente, por meio da contraposição entre o “Eu” nacional e a ameaça do “Outro” inimigo, com identidades radicalmente opostas, é possível e frequente haver diferentes graus de “Otherness”, isto é, múltiplos níveis de diferenciação em relação ao “Outro”. Assim, discursos em política externa geralmente constroem identidades mais matizadas e complexas, que não recaem na simples e radical justaposição entre um “Eu” e um “Outro” diametralmente opostos. O que se encontra com mais frequência em discursos de política externa sobre temas não securitizados é um “Outro menos do que radical” (less-than-radical Other), cujas representações podem ser apreendidas da interpretação de uma rede de identidades de caráter mais ambíguo, múltiplo, complexo, menos radical – “less Othering” (HANSEN, 2016, p. 100).

A estrutura do trabalho divide-se da seguinte forma: segue-se a esta introdução uma seção a respeito do histórico e do espaço de atuação dos think tanks nos EUA, na Alemanha e na França. Em seguida, a discussão volta-se aos aspectos metodológicos da pesquisa, para que, enfim, sejam apresentadas e discutidas as principais recomendações veiculadas pela produção discursiva dos think tanks analisados. A seção de conclusão, por fim, resume o argumento desenvolvido ao longo do texto e propõe a continuidade desta linha de pesquisa e a relevância do estudo dos think tanks para as Relações Internacionais.

A ATUAÇÃO DOS THINK TANKS NOS ESTADOS UNIDOS, FRANÇA E ALEMANHA

Os think tanks podem ser compreendidos, de forma genérica, como organizações que, a partir da oferta de “análises informadas” de seus experts, operam na construção, reprodução e circulação de ideias vocacionadas a modelar o debate público e a influenciar a formulação de políticas públicas junto aos governos, burocracias e ao Congresso.

Contudo, devido tanto a aspectos históricos quanto a particularidades de diferentes sistemas e culturas políticas, os think tanks possuem um conjunto de características próprias em cada País onde atuam que os distingue dos demais atores envolvidos no campo das políticas públicas domésticas, internacionais e transnacionais (ABELSON, 2006; STONE, 2013). Para melhor compreendermos esse fenômeno e a sua relevância na formulação de políticas públicas nos países aqui analisados, seguimos abaixo duas subseções. Primeiramente, discute-se a relevância dos think tanks para o debate político nos Estados Unidos; em seguida, analisamos as peculiaridades desse fenômeno na Alemanha e na França, respectivamente.

OS THINK TANKS NOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Nos Estados Unidos, os think tanks — incluindo aqueles especializados na temática de segurança e defesa — são organizações muito diversas, com orçamentos, quantidade de membros/pesquisadores e visões ideológicas distintas⁵. Contudo, tais institutos possuem estratégias comuns de atuação e legitimação. Legalmente, são reconhecidos como instituições filantrópicas enquadradas na seção 501 (c) (3) do código da Receita Federal dos Estados Unidos. Integradas na mesma seção que igrejas, organizações não governamentais e associações de defesa dos animais, essas organizações não podem participar de atividades políticas (como fazer campanhas e doações a candidatos), gerar lucro para particulares ou fazer lobby (ABELSON, 2006; STONE, 1995; MEDVETZ, 2012). Dentro desse marco legal, os think tanks operam na construção, reprodução e circulação de ideias vocacionadas para modelar o debate público e influenciar a formulação de políticas públicas por parte, sobretudo, de agentes governamentais.

Muito populares no ambiente político, midiático e empresarial do país, os think tanks posicionam-se como intérpretes de grandes questões políticas em pauta; diariamente seus membros/pesquisadores publicam artigos nos principais jornais de circulação nacional e são convidados para entrevistas em programas de televisão e rádio; entregam seus policy briefings (documentos de duas laudas com recomendações políticas

⁵ Nesta descrição, nos focamos em apresentar algumas das principais características atuais do fenômeno nos Estados Unidos. Para uma compreensão histórica e mais detalhada ver Wietchikoski (2018).

em forma de tópicos) para serem rapidamente lidos e absorvidos por assessores, parlamentares e funcionários públicos; participam dos debates nas comissões do Congresso e do Senado através das audiências públicas; e têm contato pessoal com diversos políticos, aos quais apresentam suas opiniões. Também desenvolvem uma série de atividades em suas sedes, onde convidam para interação grandes empresários, políticos, jornalistas bem como intelectuais. Além disso, em cada ciclo eleitoral os think tanks acolhem políticos egressos de suas funções públicas, ao mesmo tempo em que fornecem seus membros/pesquisadores para atuarem em cargos comissionados de primeiro e segundo escalão no governo (ABELSON, 2006; MCGANN, 2018; MEDVETZ, 2012; SMITH, 1991).

Essa intensa interação dos think tanks com diferentes espaços sociais e políticos é uma característica peculiar do fenômeno nos Estados Unidos. Dois fatores associados explicam essa dinâmica. Por um lado, os políticos estadunidenses têm uma cultura de desconfiança em relação ao governo, que leva à valorização dos meios privados sobre a esfera pública para a solução de problemas. Assim, mesmo com uma burocracia capaz de oferecer aos legisladores elementos técnicos para a tomada de decisão, políticos dos EUA mostram-se, geralmente, abertos para receberem influxos dos think tanks. Fazendo-se presente aos legisladores através das intensas estratégias de inserção acima apontadas, em diferentes circunstâncias as propostas políticas dos think tanks orientam o curso das decisões dos legisladores⁶. Junto a essa cultura política, os Estados Unidos têm um sistema político de tomada de decisões descentralizado. Com uma multiplicidade de órgãos envolvidos⁷, cujas ações estão abertas para receberem ideias provenientes de grupos da sociedade civil, os think tanks têm amplo e diversificado espaço de atuação (ABELSON, 2006, 2017).

Especificamente com relação à produção ideacional dos think tanks a respeito do Brasil, é importante destacar o seu amplo consumo por quadros da diplomacia estadunidense, das empresas de consultoria, das agências de classificação de risco, da imprensa e de associações de negócios.

⁶ Em um estudo de caso, Donald Abelson demonstrou como um pequeno grupo de think tanks influenciou a formação e o avanço de uma agenda voltada ao desenvolvimento da Iniciativa Estratégica de Defesa (Star Wars) na administração de Ronald Reagan (1981-1989) (ABELSON, 2006, p.182-224).

⁷ Por exemplo, em política externa atuam junto ao Presidente os Departamentos de Estado e de Defesa, o Congresso e agências como a Agência de Segurança Nacional (National Security Agency – NSA) e a Agência Central de Inteligência (Central Intelligence Agency – CIA).

Isso porque, em Washington, o Brasil encontra-se relativamente distante do foco de atenção mais direta do debate político, muitas vezes eclipsado por outros países latino-americanos cuja realidade afeta mais diretamente a política doméstica dos Estados Unidos. Não havendo muitos experts nem conteúdo especializado em abundância sobre o Brasil, a produção ideacional difundida pelos think tanks tem amplo espaço de circulação nos ambientes acima apontados (SVARTMAN, 2016; WIETCHIKOSKI, 2018).

OS THINK TANKS NA ALEMANHA E NA FRANÇA

Na Alemanha, os think tanks contemporâneos remontam, fundamentalmente, ao pós-Segunda Guerra Mundial, sobretudo a partir de meados da década de 1970, tendo sido um “elemento constitutivo” da modernização política e social vivenciada pelo País nos últimos quarenta anos (SPETH, 2011). Em comparação com os Estados Unidos, há um relativo consenso na literatura com relação a algumas características distintas do espaço alemão dos think tanks, destacando-se tanto a ausência de uma tradição de think tanks que se enquadrem no modelo tipicamente estadunidense (com financiamento privado e independente de recursos públicos) como o trânsito limitado de pesquisadores e policy-makers entre institutos de pesquisa e cargos na administração pública (THUNERT, 2004). Braml (2006) também ressalta a concentração do processo decisório em matéria de políticas públicas nos Executivos federal e estadual como elemento distintivo do parlamentarismo alemão. No entanto, o Bundesrat, Conselho Federal do qual fazem parte representantes dos governadores dos 16 estados da federação, teria grande poder de veto sobre as decisões do Executivo, o que abriria espaço, ainda segundo Braml (2006, p. 238, tradução nossa), “para que os think tanks ofereçam seu input sobre o – ou por meio do – nível dos estados, ainda mais porque muitos think tanks alemães possuem uma identidade regional na medida em que obtêm seu mandato e financiamento dos seus governos estaduais”.

Outro fator característico do sistema político alemão refere-se à existência de fundações partidárias (Stiftungen) vinculadas aos principais partidos políticos com representação parlamentar e engajadas em atividades de formação política, promoção dos valores caros aos respectivos partidos e, sobretudo no caso de grandes fundações como a Konrad-Adenauer-Stiftung, também em atividades de pesquisa, produção e articulação de conhecimentos voltados para políticas públicas domésticas

e internacionais⁸.

Especificamente no caso de institutos voltados para os temas de interesse deste trabalho, fatores como o reposicionamento da Alemanha na Europa e no sistema internacional desde o fim da Guerra Fria, a reunificação do país e o aprofundamento do processo de integração regional em direção ao estágio atual da União Europeia teriam motivado, nas últimas décadas, a criação de centros de pesquisa sobre temas, regiões e países essenciais para as políticas externa e de segurança do país (PERTHES, 2007; SPETH, 2011). A transferência da capital do país de Bonn para Berlim, a partir de 1999, também teria influenciado o espaço de atuação dessas organizações, criando uma atmosfera propícia à proliferação de think tanks no entorno dos principais órgãos governamentais (THUNERT, 2004).

Para os fins desta pesquisa, analisaremos mais detidamente dois institutos que ocupam posições destacadas nas áreas em que atuam dentro do espaço dos think tanks na Alemanha: a Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP) – German Institute for International and Security Affairs e a Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik e. V. (DGAP) – German Council on Foreign Relations. Conforme exploraremos abaixo, tanto a SWP quanto a DGAP ocupam posições de destaque dentre os institutos alemães especializados nas áreas de interesse do presente trabalho nos relatórios do programa Think Tanks and Civil Societies da Universidade da Pensilvânia, utilizados como referência no momento de seleção dos institutos cujas publicações foram analisadas.

Estabelecida em 1962 por setores da iniciativa privada em Ebenhausen, Baviera, a SWP tornou-se, em 1965, uma fundação sem fins lucrativos, subvencionada pelo governo federal alemão e pelo Bundestag. Atualmente, a organização emprega mais de 140 funcionários, além dos mais de 60 pesquisadores que trabalham nos oito grupos de pesquisa do instituto: União Europeia/Europa; Turquia; Política de Segurança; América; Europa do Leste e Eurásia; Oriente Médio, Oriente Próximo e África; Ásia; e Questões Globais. A DGAP, por sua vez, remonta a 1955, dando sequência às atividades desenvolvidas desde 1945 por Wilhelm Cornides à frente do Europa-Archiv, periódico pioneiro dedicado à temática internacional publicado em Frankfurt. Inicialmente sediada

⁸ Weilemann (2002) discute, mais detidamente, o caso da Konrad-Adenauer-Stiftung como um think tank multidimensional na Alemanha. As fundações partidárias também são objeto da discussão de Carpentier-Tanguy (2010) em seu estudo comparado acerca dos diferentes modelos de think tanks encontrados nos EUA, na Grã-Bretanha, na Alemanha e na França.

em Frankfurt, a organização muda-se para Bonn em 1960 e, seguindo a migração da capital do país, para Berlim em 1999⁹.

Voltando-se ao contexto francês, Desmoulin (2002, 2005, 2009) explora o uso do termo think tank como denominação, rótulo e estratégia de comunicação cuja definição ainda seria ambígua e propícia à instrumentalização e ao “lucro” ou “benefício simbólico”. Para a autora, haveria um “circuito de legitimação midiática e de expertise” no país, no qual a mídia vale-se dos conceitos, das ideias e da cientificidade emanadas da produção dos think tanks para embasar e tornar credíveis as notícias que veicula e os posicionamentos que assume, ao passo que os institutos de pesquisa encontram nos veículos de mídia acesso privilegiado para se afirmarem como fonte segura de informação, análise e expertise (DESMOULINS, 2005).

A grande dependência de recursos públicos para o funcionamento dos institutos de pesquisa seria outra marca característica do espaço dos think tanks na França, bem como a autopercepção predominantemente decisionista do Executivo francês – confinando o processo decisório, sobretudo, à figura do presidente e ao seu staff e relegando ao conhecimento especializado uma posição marginal no ciclo de políticas públicas. Em virtude disso, tampouco haveria na França o fenômeno característico da política nos EUA de recrutamento de membros/pesquisadores dos think tanks pelos governos, ou a interação intensa de políticos egressos de suas atividades junto a esses centros.

Carpentier-Tanguy (2010) ressalta, nesse sentido, a ausência de uma cultura de “órgãos intermediários” (corps intermédiaires) no processo de formulação de políticas públicas na França, diferentemente dos modelos de instituto de pesquisa em políticas públicas encontrados na Alemanha, na Inglaterra e, principalmente, nos EUA, onde os think tanks constituiriam “elementos estruturantes da vida política” (CARPENTIER-TANGUY, 2010, p. 4, tradução nossa).

⁹ A DGAP difere, sobretudo no financiamento, das características discutidas acima a respeito da SWP: totalizando, em 2017, aproximadamente € 4,8 milhões, o orçamento deste think tank provém de recursos oriundos não apenas do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha (€876.000 destinados ao instituto em 2017), como também de um conjunto amplo de fundações, demais órgãos de Estado, doadores individuais e grandes corporações alemãs e estrangeiras dos setores bancário, financeiro, automobilístico, aeroespacial, petroquímico, metal-mecânico, de defesa, de comunicações, entre outros. O detalhamento sobre os financiadores e o orçamento do instituto encontram-se no relatório anual 2017-2018. Disponível em: <https://dgap.org/sites/default/files/static_page_downloads/dgap_annual_report_2017_18_low_res.pdf>. Acesso em: 25 março 2017.

Na literatura sobre think tanks franceses, é relativamente consensual a notoriedade que assume o Institut Français des Relations Internationales (IFRI) – French Institute of International Relations. Criado em 1979, hoje o IFRI goza de relativa diversidade de financiamento e autonomia financeira, tendo em vista serem os financiamentos oriundos tanto de recursos públicos, quanto de doadores privados, estes perfazendo mais de 70% do total (IFRI, 2019). Segundo Carpentier-Tanguy (2010), o próprio Ministério de Assuntos Estrangeiros da França atribui ao IFRI um papel pioneiro, como o primeiro centro pluridisciplinar criado na França sob o modelo dos think tanks dos Estados Unidos. A Fondation pour la Recherche Stratégique (FRS) – Foundation for Strategic Research, o segundo think tank francês analisado nesta pesquisa, é resultado da fusão entre a Fondation pour les études de défense (FED) – criada em 1992 por um agrupamento de indústrias de defesa que dependiam de contratos públicos, contando com o apoio do Primeiro Ministro e do Ministro da Defesa à época – e o Centre de Recherches et d’Études sur les Stratégies et les Technologies (CREST) – criado em 1986 por um grupos de pesquisadores em políticas públicas e sediado no campus de uma universidade de elite no subúrbio de Paris. A FRS estaria, portanto, a “meio caminho” entre o poder público – principalmente o Ministério da Defesa – e a iniciativa privada no mercado da defesa (DESMOULINS, 2002, 2005; CARPENTIER-TANGUY, 2010).

Considerações metodológicas

A seleção dos onze think tanks cujas publicações são analisadas neste estudo se deu em duas etapas. A primeira, recorrendo ao relatório Global Go To Think Tank Index Report (MCGANN, 2015-2016), publicação anual do programa Think Tanks and Civil Societies da Universidade da Pensilvânia, no qual se indexam os institutos mais influentes do mundo por área de pesquisa e localização geográfica. Recorremos, portanto, aos rankings dos think tanks de maior relevância em matéria de política externa, de defesa e de segurança internacional da Alemanha, dos EUA, e da França.

Em um segundo momento, buscamos os think tanks que apresentaram produção continuada a respeito do Brasil. Para tanto, realizamos uma pesquisa nos portais online de cada organização previamente elencada através de marcadores pré-selecionados relacionados às temáticas de interesse [Brasil, Atlântico Sul, América do Sul, União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), Zona de Paz e Cooperação do Atlântico

Sul (ZOPACAS), BRICS e América Latina]. Por fim, foram fichados e tiveram seu conteúdo categorizado cento e doze documentos de onze think tanks. Destes, sete são institutos estadunidenses: Center for Strategic and International Studies (CSIS), Center for a New American Security (CNAS), Brookings Institution, Center for Budgetary Assessment (CBA), Institute for National Strategic Studies (INSS), Heritage Foundation, Wilson Center; dois são alemães: Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP) – German Institute for International and Security Affairs e Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik (DGAP) – German Council on Foreign Relations; e, por fim, dois são franceses: Institut Français des Relations Internationales (IFRI) – French Institute of International Relations e Fondation pour la Recherche Stratégique (FRS) – Foundation for Strategic Research.

O corpus de análise desta pesquisa é constituído, portanto, por cento e doze publicações selecionadas a partir de marcadores (ou filtros) de corte temático e cronológico nos bancos de dados online dos institutos pesquisados, compreendendo relatórios, notas, artigos, transcrições de eventos e policy papers publicados pelos think tanks ao longo do período 2003-2014. Desse conjunto de publicações, setenta e sete foram publicadas por think tanks dos EUA, vinte e duas pelos institutos alemães analisados e, por fim, treze pelos institutos da França. Ao analisar o corpus textual coletado, nosso objetivo foi identificar as principais representações atribuídas à inserção internacional do Brasil a partir de três aspectos: (1) relações bilaterais; (2) política regional; e (3) políticas de defesa e segurança internacional, baseando-nos, como discutido na introdução, na abordagem teórico-metodológica da análise de discurso pós-estruturalista. O conjunto de representação básicas identificado na análise textual qualitativa é apresentado nas seções seguintes, dedicadas, cada uma delas, a um subconjunto de representações associadas a uma área específica de atuação do País nas suas relações internacionais.

AS RELAÇÕES BILATERAIS

Nos think tanks estadunidenses as representações sobre o sistema internacional e suas transformações foram bastante diversas, contudo, houve um discurso consensual em torno da ascensão de novas potências e de alguma limitação da capacidade de ação unilateral dos EUA. Nesta leitura, devido ao que os articulistas apontaram ser um grande crescimento econômico e um maior ativismo diplomático, o Brasil foi reconhecido

como uma dessas potências intermediárias (KLIMAN; FONTAINE, 2012; TRINKUNAS, 2014; EINAUDI, 2011; INDYK; KAGAN 2013; MEACHAN, 2014; WASLER, 2010a, b, c, d; 2013). Nesse enquadramento, salvo alguns documentos da conservadora Heritage Foundation, as publicações analisadas dos sete think tanks estadunidenses argumentaram pela necessidade de uma maior aproximação entre Estados Unidos e Brasil.

Por exemplo, Harold Trinkunas, afiliado à Brookings, defendeu que os EUA deveriam buscar relações próximas, pois:

[...] um desengajamento com o Brasil conforme o País emerge somente aumentaria a distância entre os Estados Unidos e uma das poucas potências emergentes cujos cidadãos compartilham muitos dos mesmos valores dos cidadãos dos EUA. Se os EUA apostarem na cooperação com o Brasil enquanto este se torna uma grande potência [major power], é do maior interesse para os EUA encorajar o Brasil a se comprometer integralmente em desenvolver suas capacidades militares e econômicas em apoio à ordem global, à semelhança do que os EUA fizeram com os aliados na Europa e no Nordeste da Ásia (TRINKUNAS, 2014, não paginado, tradução nossa).

Na defesa dessa aproximação, identificamos o uso frequente do conceito “parceria”. Por exemplo, em um extenso relatório publicado em 2012 intitulado *Global Swing states: Brazil, India, Indonesia, Turkey, and the future of international order*, o Center for a New American Security (CNAS) relatou: “[...] Brasil, Índia, Indonésia e Turquia representam parceiros particularmente promissores” (KLIMAN; FONTAINE, 2012, p. 13, tradução nossa).

Desse modo, os think tanks propuseram reavaliar as opções tradicionais de aliança dos EUA. Para o diplomata e pesquisador filiado ao Center for Budgetary Assessment (CSBA), Eric Edelman, os Estados Unidos deveriam “[...] desenvolver relações com países que possam contribuir mais em capacidade e utilidade do que os aliados tradicionais” (EDELMAN, 2008, p. 78, tradução nossa). Entre tais países, o diplomata cita o Brasil. Segundo Edelman, o País seria um valioso parceiro dos EUA na estabilização regional.

No que concerne às políticas e ações recomendadas ao governo dos EUA em relação ao Brasil, todos os think tanks estadunidenses analisados – com exceção da Heritage – defenderam o reconhecimento e o apoio à ascensão brasileira nos contextos regional e global, a elevação do nível da relação bilateral e o aumento do diálogo entre os dois países. Nas produções discursivas do CSIS sugeriu-se, por exemplo, “colocar nossas relações [dos EUA] com certos países latino-americanos, como Brasil e México, na mesma base regular, normal e madura que há tempos temos mantido com a Europa, o Japão e outros países” (WIARDA, 2012, p. 2, tradução nossa). O Institute for National Strategic Studies (INSS) também realizou recomendações nesse sentido. No artigo intitulado “Brasil e Estados Unidos: a necessidade de um engajamento estratégico”, o articulista Luigi Einaudi expôs essa perspectiva ao afirmar que:

Engajar Brasília como parceira regional e global na manutenção da paz e prosperidade [...] Um engajamento mutuamente benéfico requer que os Estados Unidos aceitem que o Brasil emerge como potência global. O Brasil é mais do que uma China tropical, está cultural e politicamente mais próximo dos Estados Unidos e da Europa [...] (EINAUDI, 2011, p. 11).

Ao encontro desta perspectiva, a Brookings Institution e o Center for a New American Security apresentaram um discurso alinhado segundo o qual alguns países emergentes, como o Brasil, deveriam ser integrados ao sistema internacional liberal. Para esses dois think tanks, o Brasil compartilhava dos mesmos valores dos EUA, e, da comunhão pela democracia, viria a possibilidade de engajamento pela manutenção de uma ordem internacional liberal (INDYK; KAGAN, 2013; KLIMAN; FONTAINE, 2012). Assim, em um memorando ao Presidente, os articulistas Martin Indyk e Robert Kagan recomendaram:

Fortalecer a ordem econômica liberal precisa ser uma prioridade maior em seu segundo mandato [...]. Fortalecer a ordem política liberal requererá maiores esforços para obter o apoio de democracias emergentes. Países como Brasil, Indonésia, México, África do Sul e Turquia tornaram-se crescentemente

influentes em matéria econômica (INDYK; KAGAN, 2013, sem página, tradução nossa).

A conservadora Heritage Foundation, no entanto, expressou recomendações bem distintas dos demais think tanks estadunidenses. Para a fundação, as ações externas do Brasil — ao contrário das afirmações dos outros institutos — não demonstravam um compromisso do País com a manutenção dos valores democráticos. Nesse cenário, o Brasil foi definido como um ator internacional pouco alinhado aos princípios e interesses dos EUA, o que, segundo a Heritage, limitava a possibilidade de uma maior aproximação entre os dois países. Como exemplos dessa falta de compromisso, os articulistas apontaram desde a posição brasileira em relação aos problemas na Nicarágua e no Equador durante a gestão de Lula da Silva, até a atuação do Brasil acerca da questão nuclear iraniana em 2010 (MONTANER, 2005; ROBERTS, 2008; WASLER, 2010a, b, c; 2012).

No contexto dos think tanks alemães analisados nesta pesquisa, os relatórios de Susanne Gratius (2004, 2005), Maria Regina Soares de Lima (2008), Claudia Zilla (2011), Claudia Zilla e Christoph Harig (2012) e Ingo Malcher (2013) engajaram-se explicitamente na construção de um discurso que associou à inserção internacional do Brasil ao longo da década de 2000 as representações do ineditismo, da inovação, do ativismo e do soft power socioeconômico dos governos Lula. A produção discursiva desses institutos conferiu grande ênfase à identidade “conciliadora” e “pragmática” do País, bem como ao seu papel como parceiro crucial para os interesses europeus e alemães na América do Sul e como liderança regional a ser fortalecida pela Alemanha e pela União Europeia (UE).

Repetem-se no estudo de Susanne Gratius, por exemplo, as referências ao Brasil como “fator de estabilidade democrática” na região diante do “retorno de populistas” e de um “espaço andino cronicamente instável”, onde o País deveria exercer, em cooperação com a Europa, a função de estabilizador (Anker-Funktion) (GRATIUS, 2004, p. 6, tradução nossa). A cooperação com a Europa e, especificamente, com a Alemanha também deveria recair, segundo a autora, em questões que envolvam “Estados-problema”, tais como Bolívia, Colômbia, Cuba e Venezuela (GRATIUS, 2004).

Considerando-se as parcerias estratégicas do Brasil com a Alemanha e com a UE, o País deveria ser visto, segundo o também articulista da DGAP, Christian Rieck, como “parceiro a ser levado a

sério” (RIECK, 2006, p. 114, tradução nossa). Não apenas economicamente, mas também como um ator “em que se deve depositar maior confiança institucionalmente”, através do qual “a Venezuela pode ser integrada/engajada [eingebunden] e conquistada em favor do diálogo europeu” (RIECK, 2006, p. 114, tradução nossa). Chances para os interesses europeus também se abririam em consequência da retórica antiamericana por parte dos países definidos pelo autor como “radicais” e da diminuição da influência dos EUA na região (RIECK, 2006).

Não somente em virtude da capacidade de interlocução com demais Estados da região é que as publicações dos think tanks alemães propuseram a elevação das relações com o Brasil a um novo patamar. O relatório de Sascha Albrecht, pesquisador vinculado à Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP), por exemplo, trouxe como recomendação de política um padrão de relacionamento adequado à estatura do País como “potência marítima em ascensão”. De acordo com o autor,

Os desenvolvimentos marítimos no Brasil parecem transcorrer de maneira similar como em outros países emergentes, por exemplo na China e na Índia [...] o Brasil não pode mais ser visto apenas como um parceiro econômico próximo e como receptor de ajuda para o desenvolvimento, mas sim como potência marítima em ascensão e, por conseguinte, como parceiro à altura dos olhos (ALBRECHT, 2011, p. 6, tradução nossa).

Apesar do potencial de cooperação geralmente destacado pelas publicações analisadas, a produção discursiva dos think tanks alemães não deixou de apontar obstáculos às relações bilaterais. Segundo Gratius, o Brasil não se constituiria como “aliado natural da União Europeia”, mas sim como um “parceiro difícil”; conforme a autora, “[a] parceria estratégica com a União Europeia foi vista, da perspectiva brasileira, como meio de ganhar prestígio internacional e assumir influência global”, e estaria baseada menos em interesses em comum, e mais no compartilhamento de valores (GRATIUS, 2013, p. 28, tradução nossa). Como discutiremos na seção dedicada às representações sobre a atuação brasileira em instituições multilaterais, o desafio de se conceberem estratégias conjuntas entre as potências tradicionais e países emergentes como o Brasil com relação

à divisão de custos e à atribuição de responsabilidades em fóruns de governança global é apontado com frequência pelos think tanks europeus como obstáculo às relações bilaterais.

POLÍTICA REGIONAL

Os think tanks estadunidenses foram unânimes em identificar o Brasil como uma potência regional e como líder na América do Sul. Tal posição de autoridade foi associada a iniciativas diplomáticas brasileiras de maior inserção e visibilidade no continente latino-americano, sendo frequentemente citado o papel do País na coordenação de novos arranjos, como, por exemplo, a UNASUL e a CELAC, na mediação de conflitos durante o segundo governo de Lula da Silva, como os ocorridos na Nicarágua, em Honduras e na Venezuela, bem como na intensificação da projeção econômica-comercial (KLIMAN; FONTAINE 2012; TRINKUNAS, 2014; PICCONE, 211; CASASZAMORA, 2010; EINAUDI, 2011; INDYK; KAGAN, 2013; MEACHAN, 2014; WASLER, 201a, b, c, 2012). Contudo, as avaliações sobre o impacto à manutenção da ordem liberal na região decorrentes da atuação do Brasil não foram consensuais.

Para o Center for Strategic and Budgetary Assessments (CSBA) e o Center for a New American Security (CNAS), a liderança brasileira — principalmente na América do Sul — foi definida como uma força política moderadora com grande potencial para mediação e resolução de conflitos regionais e globais. Nesse sentido, Eric Edelman, do CSBA, avaliou que: “[...] o Brasil já desempenha um papel de liderança nos temas securitários hemisféricos, como nas crises no Haiti e, mais recentemente, em Honduras [...]” (EDELMAN, 2008, p. 44, tradução nossa)”.

Em meio a esse contexto, esses dois think tanks recomendaram ao governo estadunidense maior diálogo e parceria com o Brasil para a administração dos problemas regionais. Por exemplo, o Center for a New American Security recomendou, inclusive, que os EUA tornassem o Brasil um parceiro efetivo na manutenção daquilo que considerou um dos pilares da ordem liberal: a ordem marítima. Para o então diretor do CNAS, Richard Fontaine, o governo estadunidense deveria “reduzir as barreiras existentes às transferências de tecnologia militar para o Brasil, aumentar a frequência de exercícios navais conjuntos e explorar uma iniciativa marítima regional” (FONTAINE, KLIMAN, 2012, p. 38, tradução nossa).

Porém, os outros quatro think tanks estadunidenses — Brookings

Institutions, Heritage Foundation, Wilson Center e Institute for National Strategic Studies — foram críticos da atuação regional brasileira. Segundo esses institutos, a liderança regional do Brasil intencionou limitar a presença dos Estados Unidos na América do Sul, relativizou os valores ocidentais tradicionais de democracia e direitos humanos e absteve-se de assumir compromissos básicos de um líder, como o financiamento e o uso do hard power, por exemplo (PICCONE, 2011; TRINKUNAS, 2014; CASASZAMORA, 2010; EINAUDI, 2011; SOTERO, 2014; WILSON CENTER, 2007; STEPHEN, 2003a b; WALSER, 2010a; b, 2010c; 2012).

Ted Piccone (ex-assessor sênior de política externa no governo Clinton e, desde 2008, um dos principais especialistas da Brookings nas temáticas de democracia e direitos humanos), por exemplo, apontou o que identificou ser a falta de engajamento brasileiro com a democracia. Para o articulista, a posição diplomática do Brasil em relação Cuba e Venezuela durante a presidência de Lula da Silva teria revelado essa perspectiva:

Se o apoio à democracia ou aos direitos humanos for ajudar a promover seus próprios objetivos [...] o Brasil geralmente favorece estratégias multilaterais voltadas para resultados pró-reforma. Mas nos casos recentes de Cuba, Irã, Venezuela [...], o Brasil adotou uma abordagem mais ideológica ou de 'soft-balancing', tomando partido contra os Estados Unidos e a Europa, evitando críticas às violações dos direitos humanos e escondendo-se por detrás da defesa do não intervencionismo preferido por diplomatas no Ministério das Relações Exteriores (PICCONE, 2011, p.140, tradução nossa).

Já o INSS deixou perceptíveis reticências gerais quanto à exclusão dos Estados Unidos de processos de integração regional liderados pelo Brasil, particularmente da construção de mecanismos sub-regionais na América do Sul como área de projeção diplomática e securitária predominantemente brasileira. Por exemplo, Einaudi argumenta que a “[...] abordagem brasileira da ‘América do Sul para os sul-americanos’ não encoraja a cooperação eficaz com os Estados Unidos” (EINAUDI, 2011, p. 14). Segundo o articulista, a afirmação de poder do Brasil em iniciativas

como a UNASUL, sem a participação dos EUA e em cooperação com governos antiestadunidenses, “convidam à incerteza” (EINAUDI, 2011, p. 14)”.

No Wilson Center, verificamos uma peculiaridade em relação à autoria da sua produção. Ao longo dos anos, a visão marcadamente crítica à atuação regional do Brasil foi produzida não especificamente por seus articulistas, mas por um grupo de brasileiros que participou ativamente das atividades na sede do Wilson no período analisado. Este grupo — com grande vinculação com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e compostos, por exemplo, pelo ex-presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso e pelos embaixadores Roberto Abdenur, Rubens Barbosa e Sergio Amaral — defendeu uma visão em que o Brasil conduzia uma política externa ideológica, sem uma clara orientação e com poucas capacidades (hard power) para exercer liderança na região (WILSON CENTER, 2007).

Sergio Amaral, em conferência intitulada Novos Rumos nas relações exteriores brasileiras, descreveu a política externa do Brasil do primeiro mandato de Lula como “ideológica” e “contrária às diretrizes estadunidenses” e aos organismos tradicionais na região, como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), diretrizes estas classificadas como contrárias à visão do próprio empresariado brasileiro:

Ele advertiu, porém, que as políticas ideológicas do primeiro mandato do presidente Lula com seu alinhamento com países como Venezuela, China e Cuba, e também o seu confronto com os EUA na ONU, a OEA e o Banco Interamericano de Desenvolvimento provocaram irritação da comunidade empresarial brasileira (WILSON CENTER, 2007, p.5).

Na mesma ocasião, outro brasileiro, o cientista político Amaury de Souza, ainda destacou a falta de uma política clara do Brasil quanto ao que considerou ser um expansionismo armamentista venezuelano, o qual foi definido como uma ameaça à estabilidade regional. Para o conferencista:

O governo havia fechado os olhos para as compras venezuelanas de armas – o que era perigoso considerando os mísseis muito sofisticados e a

capacidade naval que o presidente Chávez tentava adquirir. Em vez de assumir um alcance global, os líderes de política externa do Brasil precisavam melhor compreender as mudanças no hemisfério e dedicar mais atenção às relações com seus vizinhos (WILSON CENTER, 2007, p.5).

Sobretudo nos relatórios dos dois think tanks alemães, o discurso a respeito da recente inserção internacional do Brasil e do seu papel na América do Sul é construído por um conjunto de representações-chave que, reiteradamente, contrapõem o “reformismo moderado”, a “cooperação” e o “pragmatismo” brasileiros ao “radicalismo”, ao “socialismo” e ao “populismo” que definiriam a identidade da inserção internacional da Venezuela – e, em menor medida, também da Bolívia. Em virtude disso, o Brasil é retratado como único ator capaz de estabilizar a região, conter “tendências centrífugas” nos processos de integração regional e a “erosão das estruturas democráticas” na sub-região andina, bem como engajar ou incluir (do alemão, einbinden) a Venezuela sob o governo Chávez. Assim, segundo a produção discursiva e as opções de ação política sugeridas pelas publicações da Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP) e da Deutsche Gesellschaft für Auswärtige Politik (DGAP), o Brasil assumiria relevância central para os interesses alemães e europeus na América Latina e na América do Sul.

Christian Rieck (DGAP) articulou representações semelhantes sobre as potencialidades no setor energético abertas aos interesses da UE e da Alemanha após a “guinada à esquerda” na América do Sul. Nesse cenário de forte projeção diplomática brasileira e venezuelana, o Brasil se posicionaria como principal intermediário dos interesses europeus e alemães na região, como uma “(...) potência disciplinadora regionalmente aceita, que (...) representa uma valiosa âncora de estabilidade e polo de identificação (RIECK, 2006, p. 113, tradução nossa)”.

Na região andina – cujo “declínio” ou “decadência” (Niedergang) seriam “de grande interesse político-securitário” –, o engajamento da Alemanha e da UE deveria recair, ainda segundo o autor, sobre projetos de cooperação para o desenvolvimento, luta contra a pobreza e esforços pela democratização das instituições. Nesse caso, a inserção do Brasil em seu entorno regional apareceu, novamente, como instrumento para a viabilização dos interesses europeus na região e como objeto do discurso

dos think tanks alemães:

Como os países governados pela esquerda na região dispõem de autoridade política muito mais elevada do que a uma potência não hemisférica como a UE jamais seria possível, poderia ser promissor o engajamento dos governos de esquerda radicais na Venezuela e na Bolívia por meio de uma ‘parceria estratégica’ aprofundada com o Mercosul e, particularmente, com o Brasil de Lula – mais ainda, em todo caso, visto ele dispor de contatos diretos com Chávez e Morales (RIECK, 2006, p. 116, tradução nossa).

Em publicação da SWP Maihold e Zilla trouxeram recomendações semelhantes: “dependerá justamente para a Alemanha e para a Europa que o Brasil continue a perseguir sua ativa política de vizinhança [...] o Brasil torna-se, assim, cada vez mais o responsável pela proteção dos interesses europeus na América Latina (MAIHOLD; ZILLA, 2006, p. 4, tradução nossa)”.

Em outra publicação da SWP, Maihold ressaltou que, após a morte do ex-presidente venezuelano Hugo Chávez, o principal interesse em política externa de lideranças brasileiras e mexicanas seria evitar a instabilidade na Venezuela e em Cuba. Segundo o autor, essa era uma tarefa na qual a Alemanha e a UE deveriam engajar-se “energicamente”, “não apenas politicamente, mas também em programas de incentivo à democracia, de (re)construção institucional e de aconselhamento jurídico [ordnungspolitische Beratung] (MAIHOLD, 2013, p. 4, tradução nossa)”.

POLÍTICAS DE DEFESA E SEGURANÇA INTERNACIONAL

Com relação ao desenvolvimento de tecnologias de defesa, ponto central da estratégia brasileira de inserção internacional no tema da segurança, três think tanks estadunidenses – Center for Strategic e International Studies (CSIS), Institute for National Strategic Studies (INSS) e Center for a New American Security (CNAS) – produziram análises e recomendações. Para esses think tanks, os EUA deveriam aumentar a transferência de tecnologia militar. Embora o tema tenha sido abordado em poucas publicações, o tom das publicações refletiu o discurso geral

de oportunidades à parceria Brasil-Estados Unidos (FORMAN; SUNI, 2012; DOWNES, 2012, HAKIM, 2012 apud DOWNES; KLIMAN; FONTAINE, 2012).

Johanna Forman e Stephen Suni (2012, p. 2), do CSIS, defenderam que “questões sobre quais tecnologias [de defesa] podem ser compartilhadas necessitam de uma cuidadosa revisão e atualização à luz de nossas respectivas necessidades de segurança”. O Brasil e sua crescente base industrial de defesa estavam aptos, ainda segundo os autores, a “[...] ajudar a estender a influência dos EUA de uma maneira não intrusiva” (FORMAN; SUNI, 2012, p. 2, tradução nossa) em uma região de pouca penetração da indústria estadunidense.

Em artigo publicado pelo INSS, intitulado *Trust, Engagement and Technology Transfer: Underpinnings for US-Brazil Defense Cooperation*, Richard Downes defendeu inclusive o engajamento do Brasil em temas securitários, argumentando que a transferência de tecnologia no setor de defesa poderia ser a base para um processo de construção de confiança com os Estados Unidos. A ampla expertise do setor produtivo estadunidense e a experiência com inovações institucionais contribuiriam com o desenvolvimento tecnológico do País, um dos objetivos centrais da Estratégia Nacional de Defesa de 2008, e aumentariam as oportunidades dos EUA de “[...] colaborar com um importante novo ator global numa variedade de temas de segurança internacional [...]” (DOWNES, 2012, p. 2, tradução nossa). Ademais, o autor argumenta que “entre as potências emergentes, o Brasil é a mais próxima, política e culturalmente, dos Estados Unidos [...]” (DOWNES, 2012, p. 1, tradução nossa).

Não obstante, haveria dúvidas do lado estadunidense quanto às intenções brasileiras de longo prazo no uso de tecnologia nuclear avançada, motivadas pela recusa do Brasil em assinar o protocolo adicional do Tratado de Não Proliferação, pela linguagem ambígua presente na Estratégia Nacional de Defesa ao lamentar a privação do uso de energia nuclear para fins não pacíficos, além de outras declarações tidas como suspeitas. A recusa de Washington em cooperar com os programas espacial e nuclear brasileiros – “uma irritação importante” (DOWNES, 2012, p. 10, tradução nossa) para Brasília – adviria de lembranças “não muito dormentes” do papel brasileiro na modernização de mísseis iraquianos antes da invasão do Kuwait em 1991 (DOWNES, 2012, tradução nossa).

A superação de desconfianças mútuas por líderes políticos, diplomatas, burocratas e militares de ambos os países deveria fundamentar-se em “uma transferência mais fluída de tecnologia de

Defesa dos EUA, entendendo-se os termos brasileiros” (DOWNES, 2012, p. 14, tradução nossa, grifo nosso). A cooperação securitária entre os dois países poderia englobar os setores nuclear e energético, “contribuindo de forma substancial para acelerar o desenvolvimento de uma indústria de energia nuclear brasileira de ponta, podendo aumentar a apoio do Brasil à não proliferação” (HAKIM, 2012 apud DOWNES, 2012, p. 13, tradução nossa).

Em uma publicação sobre democracias emergentes e o futuro da ordem internacional liberal, o Center for a New American Security analisa a ascensão de quatro potências regionais, avaliando-a em cinco eixos, dentre os quais um trata especificamente sobre segurança marítima. O discurso articula-se em torno da representação do Brasil como um País moderadamente reformista, visando, por exemplo, alterar as regras marítimas para seu próprio interesse (a expansão de sua Zona Econômica Exclusiva), entretanto dando “passos modestos para apoiar a segurança marítima” (KLIMAN; FONTAINE, 2012, p. 18). Mais do que apoiar a transferência de tecnologia militar ao Brasil, as recomendações ao governo dos Estados Unidos incluiriam:

[...] aumentar a frequência dos exercícios navais conjuntos e explorar uma iniciativa marítima regional [...] Washington deve ajudar a acelerar a emergência marítima do Brasil provendo assistência e equipamento. Olhando mais longe, os establishments de Defesa de ambos os países deveriam avaliar a viabilidade de uma Iniciativa Sul Atlântica de liderança brasileira, e apoiada pelos Estados Unidos, que levaria às Marinhas e Guardas Costeiras da região a tratar o tráfico de drogas, de pessoas, a pirataria e outras formas de crimes transnacionais marítimos (KLIMAN; FONTAINE, 2012, p. 29, tradução nossa).

Das trinta e cinco publicações selecionadas nos bancos de dados online dos quatro think tanks europeus analisados, depreende-se um conjunto de recomendações baseadas em um discurso que caracteriza o Brasil como (re)ingressante no círculo de produtores e exportadores de tecnologias bélicas avançadas e com potencial de projeção de poder, concorrendo com as potências tradicionais. Tais recomendações

encontram-se, sobretudo, nos relatórios do think tank francês *Fondation pour la Recherche Stratégique (FRS)*, articuladas em torno da noção de “entrant”.

Ademais, receberam bastante atenção as motivações por trás de diferentes iniciativas de política externa, de segurança e de defesa, a exemplo do domínio da tecnologia nuclear e seu emprego no projeto do Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro (SPNB). São representadas como “instrumento” ou “meio” empregado por sucessivos governos brasileiros – e, particularmente, pelo governo Lula –, para alçar o País a um status global, fazê-lo desfrutar do “prestígio” das potências tradicionais e exercer maior influência na política internacional. A esses aspectos dedicam-se, por exemplo, os relatórios de Michel Picard e Bruno Tertrais (2006) e Yves Boyer e Patrick Hébrard (2013).

Picard e Tertrais (2006) analisaram a preeminência dos Submarinos Nucleares Lançadores de Mísseis Balísticos (SNLMB/SSBN) e dos Submarinos Nucleares de Ataque (SNA) como instrumentos de dissuasão, fundamentos da autonomia estratégica francesa e “savoir-faire indispensável à soberania nacional”. Para os autores, a renúncia voluntária do Brasil aos armamentos nucleares constituiria um “fato excepcional na História”, observado em um conjunto muito limitado de casos (PICARD; TERTRAIS, 2006, p. 11, tradução nossa).

Na seção conclusiva do relatório, os autores asseveram: “Todos os países hoje dotados de submarinos nucleares de ataque [...] pretendem manter essa capacidade. Outros (Índia, Brasil, Coreia do Sul) desejam adquiri-la”; a posse de uma marinha nuclear, complementa o relatório logo abaixo, “é um de nossos raros ‘ativos de grande potência’” (PICARD; TERTRAIS, 2006, p. 92, tradução nossa). O relatório voltou-se também à possibilidade de que o Brasil viesse a ingressar, futuramente, no grupo de países exportadores de submarinos de propulsão nuclear, o que significaria “uma evolução inquietante para as marinhas ocidentais, que dependem, em grande medida, do seu domínio para conservar a preeminência (PICARD; TERTRAIS, 2006, p. 56-57, tradução nossa)”.

A preocupação com a manutenção da preeminência e o domínio da capacidade dissuasória da França vis-à-vis o incremento de capacidades navais de países emergentes também se encontrou no relatório de Boyer e Hébrard (2013). Diante do deslocamento do poder naval dos EUA crescentemente em direção ao Oceano Pacífico, motivado pelo buildup militar chinês, o estudo se interrogou ainda no preâmbulo:

O reforço da presença naval americana no Pacífico, decidida pelo Presidente Obama, significaria uma diminuição sensível da presença submarina e de meios ASM [anti-submarinos] no Atlântico? A Rússia, mas também a China, a Índia ou o Brasil não seriam tentados a reforçar sua presença nas proximidades da costa europeia? (BOYER; HÉBRARD, 2013, p. 6, tradução nossa).

Na seção do estudo em que os autores apontaram as “consequências para a França”, a recomendação foi a de que os tomadores de decisão franceses não apenas observassem o incremento de capacidades pela China e participassem ativamente dos desenvolvimentos em curso no Pacífico, mas também que se considerassem as consequências do reposicionamento global de forças submarinas para o Atlântico, onde a credibilidade da dissuasão francesa poderia ser ameaçada:

Esse acompanhamento, na realidade, não poderá se limitar à China: a Rússia, os Estados Unidos e amanhã o Brasil estarão presentes no Atlântico. Exceto se aceitarmos o risco do rastreamento de nossos submarinos, a manutenção da credibilidade de nossa Dissuasão leva a que se consagre um esforço particular à luta ASM [anti-submarinos] (BOYER; HÉBRARD, 2013, p. 72, tradução nossa).

Dentre as publicações dos think tanks alemães, destaca-se, em matéria de defesa, o relatório de Sascha Albrecht (2011), publicado pela Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP). Nesse relatório, dedicado à análise das “ambições marítimas de uma potência emergente no Atlântico Sul”, a atenção se voltou, principalmente, a compreender as motivações que explicariam “o significativo incremento de capacidades militares” pelo Brasil e as chances e riscos inerentes a esses desenvolvimentos para os interesses transatlânticos, europeus e alemães (ALBRECHT, 2011 p. 5, tradução nossa). Segundo o estudo, o acúmulo de poder militar no Atlântico Sul deveria despertar a atenção da UE e da Alemanha, por ser esta uma região de interesse comercial e por situar-se na fronteira

do ambiente de interesse da OTAN – com quem o Brasil manteria uma relação “ambivalente”, assumindo, com frequência, posições abertamente críticas quanto ao seu “caráter global”, fortalecido após o fim da Guerra Fria (ALBRECHT, 2011, p. 30-31, tradução nossa).

Entendido também como possível “motor para maior cooperação”, o interesse brasileiro em ampliar suas capacidades marítimas abriria a oportunidade para que as potências tradicionais possam “dividir o fardo” (*Lasten teilen*) da segurança marítima, o que, na prática, poderia se traduzir em uma eventual participação do Brasil em atividades de combate à pirataria no Chifre da África, conforme sugere o relatório (ALBRECHT, 2011, p. 33, tradução nossa). Uma leitura menos otimista do ambicioso projeto de incremento de capacidades militares divulgado à época da publicação do primeiro Livro Branco de Defesa Nacional, em 2012, é oferecida pelo relatório de Bélanger et al. (2012). Questionando as “ambições globais assumidas” do Brasil, os autores afirmam:

Um simples olhar sobre a lista das principais plataformas que o Brasil pretende comprar suscita igualmente sérias dúvidas quanto às intenções estratégicas de Brasília a médio e longo prazos [...] o que é visado por Brasília é um lugar à mesa de negociações quando os custos de energias fósseis e a escassez de outros recursos minerais exacerbem a competição entre os blocos econômicos regionais. Em outros termos, o que quer Brasília é a sua parte do bolo africano [...] (BÉLANGER et al., 2012, p. 133, tradução nossa).

CONCLUSÃO

De maneira geral, os discursos produzidos e veiculados pelos think tanks europeus discutidos na pesquisa enfatizam a recomendação de que a relação com o Brasil seja elevada a um novo patamar. Segundo a análise dessas instituições, caberia às lideranças alemãs, francesas e da União Europeia estabelecer um relacionamento com o Brasil como “parceiro à altura dos olhos” e canal de viabilização dos interesses europeus na América do Sul.

A busca por liderança do Brasil na região e o pragmatismo, a

moderação e a previsibilidade atribuídos aos governos Lula são fatores que, por um lado, justificariam esse novo relacionamento. Postura essa posta em contraste com a Venezuela, cujo regime é tido como “radical”, “populista” e “incalculável”. Por outro lado, no entanto, diversas publicações dos think tanks analisados sustentam a necessidade de um novo patamar de relações com o Brasil baseadas no diagnóstico da “pretensão de projeção global” – aspirações da diplomacia brasileira por maior protagonismo na região e em fóruns multilaterais globais, bem como os projetos brasileiros de incremento de capacidades militares.

Entre os benefícios de uma “parceria à altura dos olhos” estaria a) equilibrar a influência da Venezuela na região, b) fazer com que as relações com o Brasil sirvam, mais do que nunca, como porta de ingresso desses países e da UE à América Latina e à América do Sul; c) para que sejam distribuídos os custos inerentes à garantia de bens públicos e para que haja uma contrapartida em termos de “deveres” às aspirações brasileiras por mais “direitos” no sistema multipolar; e d) para que não se perca de vista a dimensão de “concorrência” e mesmo “ameaça” que os programas de incremento das capacidades militares do Brasil poderiam representar à época – sobretudo em virtude das capacidades marítimas.

Já entre os think tanks estadunidenses foi possível identificar discursos divergentes a respeito das ações do Brasil no período em análise. Constatamos que a representação majoritária do Brasil e de sua política externa foi homogênea e positiva, relacionada ao status de potência emergente democrática, responsável e confiável. Associadas a isso, diversas são as propostas de aproximação entre os dois países. Há uma indicação de grande potencial na formação de uma parceria ampla, que exige uma elevação de nível da relação bilateral. Inclusive em matéria de segurança e defesa – uma área crítica para o interesse nacional de qualquer País – é instada uma cooperação profunda.

Portanto, é possível afirmar que o discurso prevalente entre os institutos dos EUA é de defesa do reconhecimento e do apoio a emergência do Brasil, em nível regional e global. Embora apenas dois institutos estadunidenses proponham anuência ao pleito de um assento permanente ao Brasil no Conselho de Segurança da ONU, a atuação brasileira em órgãos multilaterais é representada positivamente. A Heritage Foundation, porém, apresentou um discurso bastante crítico sobre as intenções e ações do governo brasileiro. A partir de 2009, com o envolvimento brasileiro na questão nuclear iraniana, ocorre uma radical inflexão nas análises dos

institutos, distanciando-se do tom elogioso às iniciativas diplomáticas até então, a exemplo da atuação brasileira à frente da MINUSTAH¹⁰.

No que toca a política regional brasileira, os discursos ora divergentes quanto à representação geral do Brasil convergem em sua crítica a iniciativas como a UNASUL e a CELAC, que excluem de participação os Estados Unidos. A criação de organismos regionais de âmbito mais restrito do que a OEA é um ponto representado negativamente por todos. Ainda assim, excluída a Heritage Foundation, foi unânime a representação do Brasil como uma potência regional, de liderança positiva na América do Sul.

Um esforço de atualização desta pesquisa, estendendo-a no tempo e no espaço e ampliando o número de think tanks e publicações analisados, é um caminho possível para que se dê continuidade à investigação sobre o papel e a influência dos think tanks em política externa. Da mesma forma, aprofundar a reflexão a respeito do potencial analítico que a fundamentação teórico-metodológica da análise de discurso pós-estruturalista oferece para o estudo de temas de política externa é tarefa incontornável de pesquisas futuras. Ao atentarmos aos discursos dos autores e organizações aqui citados, rastreando sua circulação e proximidade com governos, órgãos da burocracia civil, representantes das forças armadas ou instituições supranacionais, buscamos ampliar a análise acerca dos conselhos que chegam aos olhos e ouvidos dos tomadores de decisão em países com os quais o Brasil compartilha denso histórico de relações. Longe de ser um exercício de futurologia, o estudo da produção discursiva dos think tanks complementa a análise do discurso oficial e permite que se avalie a inserção internacional do Brasil aos olhos de pensadores e formuladores de política externa das grandes potências.

¹⁰ A Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi uma missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSONU). Liderada por tropas brasileiras ao longo de todo o período de vigência, a missão teve início em setembro de 2004 e foi encerrada em outubro de 2017.

THE INTERNATIONAL INSERTION OF BRAZIL ACCORDING TO AMERICAN GERMAN AND FRENCH THINK TANKS (2003-2014)

ABSTRACT

The aim of the present study is to analyze the discursive production of the most relevant defense and security policy think tanks from Germany, the USA and France concerning Brazil's foreign policy from 2003 to 2014. During that period, Brazil and other emerging powers sought to increase their autonomy in international relations, whereas great powers struggled to cope with the rearrangement of the global system. In the present study, we argue that think tanks formulate ideas, discourses, and practices that might influence great powers' decision-making processes. Considering this, the study reports the main results of a qualitative analysis of one hundred and twelve publications of eleven think tanks, selected from predefined search filters. We demonstrate how the discourses conveyed by European think tanks generally emphasize the representation of Brazil as a country that should become a "partner at eye level", in order to balance the influence of Venezuela in the region. In the US, on the other hand, representations vary considerably in that they not only underscore Brazil's status as a democratic, responsible and reliable emerging power, but also challenge certain Brazilian initiatives in the field of international security, such as the Tehran Declaration or the country's leadership in the UN Stabilization Mission in Haiti.

Keywords: Brazilian foreign policy; Think tanks; United States of America; Germany; France

REFERÊNCIAS

ABELSON, E. Donald. *A Capitol Idea: Think Tanks and US Foreign Policy*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2006.

ALBRECHT, Sascha. *Seemacht Brasilien? Maritime Ambitionen einer aufstrebenden Macht im Südatlantik*. Berlin: SWP, 2011. 34 p. (SWP Studie 21). Disponível em: <http://www.swpberlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2011_S21_alr_ks.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

AMORIM, Celso. Teerã, Ramalá e Doha. *Memórias da Política Externa Ativa e Altiva*. São Paulo: Benvirá, 2015.

BOYER, Yves; HÉBRARD, Patrick. *L'impact de la montée en puissance de la zone Asie sur le repositionnement des moyens de lutte sous-marine déployés en Atlantique*. Paris: FRS, 2013. 102 p. (Recherches & Documents, nº 06/2013). Disponível em: <https://www.frstrategie.org/publications/recherchesdocuments/web/documents/2013/RD_201306.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

CARPENTIER-TANGUY, Xavier. *Diplomatie Intellectuelle? Les think tanks comme acteurs de l'europeanisation de la France*. Études Européennes, Strasbourg, 2010. Disponível em: <<http://www.etudes-europeennes.eu/focus/diplomatie-intellectuelle-lesthink-tanks-comme-acteurs-de-leuropeanisation-de-la-france-4.html>>. Acesso em: 12 out. 2015.

CASASZAMORA, Kevin. *Poster Boy of Globalization Charts Own Course*. Washington, DC, 9 abril. 2010. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/opinions/poster-boy-of-globalization-charts-own-course/>>. Acesso em: 22 abril 2016

CERVO, Amado Luiz. *Brazil's rise on the international scene: Brazil and the World*. *Revista Brasileira de Política Internacional* [online]. 2010, vol.53, n.spe [cited 2016-08-24], pp.7-32.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. *O declínio da inserção*

internacional do Brasil (2011-2014). *Rev. bras. polít. int.*, Dez 2014, vol.57, no.2, p.133-151.

DERRIDA, Jacques. *Of Grammatology*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1976.

DERRIDA, Jacques. *Writing and Difference*. London: Routledge/Kegan Paul, 1978.

DESMOULINS, Lucile. French Public Policy Research Institutes and Their Political Impact as Another Illustration of the French Exception. In: MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent. *Think Tanks and Civil Societies. Catalysts for Ideas and Action*.

New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2002. p. 139-167.

DESMOULINS, Lucile. *Le Rôle des Think Tanks dans le Processus de Décision de Politique Extérieure. Analyse Comparée, États-Unis, Royaume-Uni, France. Les limites de "l'import-export institutionnel", le modèle d'expertise anglo-saxon incarné par les think tanks français internationalistes et spécialistes des questions de défense*. 2005. 451 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação e da Comunicação) – École des hautes études en sciences de l'information et de la communication, Université ParisSorbonne (Paris IV), Paris, 2005.

DESMOULINS, Lucile. Profits symboliques et identité(s): les think tanks entre affirmation et dénégation. *Quaderni*, n. 70, p. 11-27, 2009. Disponível em: <<http://quaderni.revues.org/503>>. Acesso em: 12 out. 2015.

DOWNES, E. Richard. *Engagement and Technology Transfer: Underpinnings for US-Brazil Defense Cooperation*. 2012. Disponível em: <ndupress.ndu.edu/Portals/68/Documents/stratforum/SF-279.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2015.

EDELMAN, Eric S. *Understanding America's Contested Primacy*. 2008. Disponível em: <csbaonline.org/publications/2010/10/understanding-americas-contested-primacy/>. Acesso em: 15 fev. 2015.

EINAUDI, Luigi. *R. Brasil e Estados Unidos: a necessidade de um engajamento estratégico*. 2011. Disponível em: <ndupress.ndu.edu/

Portals/68/.../SF266_Portuguese.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2015.

FLEMES, Daniel. O Brasil na iniciativa BRIC: soft balancing numa ordem global em mudança?. *Rev. bras. polít. int.*, Brasília, v. 53, n. 1, p. 141-156, July 2010 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292010000100008&lng=en&nrm=iso>. access on 14 May 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-73292010000100008>.

FORMAN, Johanna Mendelson; SUNI, Alek. Recommendations for a New Administration: Building a Dynamic US-Brazil Partnership. 2012. Disponível em: <[csis.org/publication/recommendations-new-administration-3](http://www.csis.org/publication/recommendations-new-administration-3)>. Acesso em: 24 fev. 2015.

FOUCAULT, Michel. *Discipline and Punish: The Birth of the Prison*. London: Penguin Books, 1977.

FOUCAULT, Michel. *The Archaeology of Knowledge*. London: Tavistock Publications, 1974 [1969].

FOUCAULT, Michel. *The Order of Things: An Archaeology of the Human Sciences*. New York: Random House, 1970.

GRATIUS, Susanne. Brasilien und die EU: Wachsende Distanz trotz Wertegemeinschaft. In: LANG, Kai-Olaf; WACKER, Gudrun (Orgs.). *Die EU im Beziehungsgefüge großer Staaten – komplex – kooperativ – krisenhaft*. Berlin: SWP, 2013. 133 p. (SWP Studie 25). Disponível em: <http://www.swpberlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2013_S25_lng_wkr.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

GRATIUS, Susanne. Die Außenpolitik der Regierung Lula – Brasiliens Aufstieg von einer diskreten Regional – zu einer kooperativen Führungsmacht. Berlin: SWP, 2004. 29 p. (SWP Studie 7). Disponível em: <http://www.swpberlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2004_S07_grt_ks.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

GRATIUS, Susanne. Gleiche Ziele, andere Wege – Ein Porträt der Präsidenten von Chile, Venezuela und Brasilien. *Internationale Politik*, Berlin, n. 7, p. 76-83, 2005. Disponível em: <[https://zeitschrift-ip.dgap.org/](http://zeitschrift-ip.dgap.org/)

de/article/getFullPDF/11668>. Acesso em: 29 fev. 2016.

HANSEN, Lene. *Security as Practice. Discourse Analysis and the Bosnian War*.

London/New York: Routledge, 2006.

HURRELL, Andrew. Hegemony, liberalism and global order: what space for would-be great powers? *International Affairs*, 82: 1(2006) 1-19.

INDYK, Martin S.; KAGAN, Robert. *A Plastic Moment to Mold a Liberal Global Order. Memorandum to the president. The Brookings Institution*, jan. 2013. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/research/a-plastic-moment-to-mold-a-liberal-global-order-2/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

KAHLER, Miles. Rising powers and global governance: negotiating change in a resilient status quo. *International Affairs*. 89:3 (2013) 711-729.

KLIMAN, Daniel M.; FONTAINE, Richard. *Global Swing States: Brazil, India, Indonesia, Turkey and the Future of International Order*. 2012. Disponível em: <www.cnas.org/files/.../CNAS_GlobalSwingStates_KlimanFontaine.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

KRISTEVA, Julia. *Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art*. New York: Columbia University Press, 1980.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemony and Socialist Strategy: Towards a Radical Democratic Politics*. London: Verso, 1985.

LIMA, Maria Regina Soares de. *Brazil Rising – the country's new status means reconciling divergent interests with the North, the South, and its neighbours*. IP Journal, Berlim, 2008.

MALCHER, Ingo. *Pragmatischer Staatskapitalismus – das brasilianische Modell war bislang erfolgreich. Aber ist es zukunftsfähig?* IP Journal, Berlim, p. 12-19, 2013. (Länderporträt Brasilien). Disponível em: <<https://zeitschriftip.dgap.org/de/article/getFullPDF/24020>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

MCGANN, James G. The Global Go To Think Tanks Report. 2016. Disponível em: < https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=think_tanks>. Acesso em: 4 maio 2018.

MCGANN, James G. The Global Go To Think Tanks Report. 2018. Disponível em: < https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1012&context=think_tanks>. Acesso em: 4 maio 2018.

MEACHAN, Carl. What could Brazil's "internet bill of rights" mean for U.S.-Brazil relations?. Center for Strategic and International Studies, 1 abr. 2014. Disponível em: <csis.org/publication/what-could-brazils-internet-bill-rights-mean-us-brazil-relations>. Acesso em: 24 fev. 2015.

MEDVETZ, Thomas. Think Tanks in America. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.

MONTANER, Carlos Albert. Latin America: Fragmentation and Forecasts. Washington, DC, 2 jun. 2005. Disponível em: <<http://www.heritage.org/americas/report/latin-america-fragmentation-and-forecasts>>. Acesso em: 23 maio 2016.

PERTHES, Volker. Zwischen Hofnarr und Agendasetter. Über wissenschaftliche Politikberatung in der Außen- und Sicherheitspolitik. Internationale Politik, Berlin, p. 114-123, 2007.

PICARD, Michel; TERTRAIS, Bruno. La propulsion nucléaire, un savoir-faire indispensable à la souveraineté nationale. Paris: FRS, 2006. 92 p. (Recherches & Documents). Disponível em: <https://www.frstrategie.org/publications/recherchesdocuments/web/documents/2006/RD_20060630.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

PICCONE, Ted. Do New Democracies Support Democracy? the multilateral dimension. Washington, DC, article, 26 out. 2011. 14 p. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2016/06/1026_democracy_piccone.pdf>. Acesso em: 22 abri. 2016.

PINO, B. A.. Evolução histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS). In: SOUZA,

A. Repensando a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. IPEA, 2014.

RICH, Andrew. Think tanks, public policy and the politics of expertise. Cambridge university Press, 2004.

RIECK, Christian E. Eine Frage der Souveränität – Nicht nur in Energiebereich geht Südamerika eigene Wege. Internationale Politik, Berlin, n. 9, p. 110-116, 2006. Disponível em: <<https://zeitschrift-ip.dgap.org/de/article/getFullPDF/11645>>. Acesso em: 29 fev. 2016.

ROBERTS, James M.. Rethinking the Summit of the Americas and Advancing Free Trade in Latin America. Washington, DC, 8 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.heritage.org/trade/report/rethinking-the-summit-the-americas-and-advancing-free-trade-latin-america>>. Acesso em: 23 maio 2016.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). Contexto Internacional, 37(1), 143-184. 2015.

SILVA, André Luiz Reis da; ANDRIOTTI, Luiza Salazar. A cooperação Sul-Sul na política externa do governo Lula (2003-2010). Conjuntura Austral, Porto Alegre, v.3 n.14, p. 69-93, 2012.

SMITH, James. The Idea Brokers: Think Tanks and the Rise of the New Policy Elite. New York: Free Press, 1991.

SOTERO, Paulo. Shaping U.S.- Brazil relationship after the Snowden affair A conversation with ambassador Thomas A. Shannon. Washington, DC, resumo de evento expandido, special report, fev. 2014. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/publication/shaping-us-brazil-relationship-after-the-snowden-affair-conversation-ambassador-thomas>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

SPETH, Rudolf. Think Tanks as New Channels of Influence within the Political System of Germany. In: RICH, Andrew; MCGANN, James; WEAVER, Kent; GARNETT, Mark; THUNERT, Martin; SPETH, Rudolf; TRAUB-MERZ, Rudolf; YE, Yang (Orgs.). Think Tanks in Policy Making – Do They Matter? Shanghai: Friedrich-EbertStiftung Shanghai Office, 2011. (Briefing Paper Shanghai Special Issue). p. 55-60.

STEPHEN, Johnson. Executive Summary: Why the U.S. Must Re-Engage in Latin America. Washington, DC, 4 de out. de 2003. Disponível em: <<http://www.heritage.org/americas/report/executive-summary-why-the-us-must-re-engage-latin-america>>. Acesso em: 23 de maio de 2016.a

STEPHEN, Johnson. Not Yet the Century of the Americas. Washington, DC, comentário, 19 ago. 2003. Disponível em: <<http://www.heritage.org/americas/commentary/not-yet-the-century-the-americas>>. Acesso em: 23 maio 2016.b

STONE, Daiane and DENHAM, Andrew (eds.). Think tank traditions: policy research and the politics of ideas. Manchester: Manchester university Press, 2004.

SVARTMAN, Eduardo. Os think tanks dos EUA e as visões sobre a atuação internacional do Brasil. *Relaciones Internacionales*, n. 50, p. 171-186, 2016.

THUNERT, Martin. Think tanks in Germany. In: STONE, Diane; DENHAM, Andrew (Eds.). *Think Tank traditions: policy analysis across nations*. Manchester: Manchester University Press, 2004. p. 71-88.

TRINKUNAS, Harold. The U.S.-Brazil relationship. *The Brookings Institution, Up Front*, 29 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/up-front/2014/04/29/seeking-common-ground-in-the-u-s-brazil-relationship/>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

VEZIRGIANNIDOU, Sevasti-Eleni. The United States and the rising powers in a post-hegemonic global order. *International Affairs*, 89: 3 (2013) 635-651.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. *Contexto int.*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 273-335, Dec. 2007.

WALSER, Ray. Brazil's Lula Runs Interference for Iran's Nuclear Ambitions. *The daily signal*. The Heritage Foundation, 13 maio 2010d. Disponível em:

<<http://www.heritage.org>>. Acesso em: 27 maio 2016.

WALSER, Ray. Brazil's New President: U.S. Ally or Rival? The daily signal. The Heritage Foundation nov. 2010c. Disponível em: <<http://www.heritage.org>>. Acesso em: 27 maio 2016.

WALSER, Ray. Iran Looms Large at Lula-Clinton Meeting. The daily signal. The Heritage Foundation, 3 mar. 2010b. Disponível em: <<http://www.heritage.org>>. Acesso em: 27 maio 2016.

WALSER, Ray. Iran, Democracy, and Trade Keys to Successful Clinton Visit to Latin America (WebMemo No. 2820). The Heritage Foundation, 1 mar. 2010a. Disponível em: <<http://www.heritage.org>>. Acesso em: 27 maio 2016.

WALSER, Ray. ROBERTS, James Latin America and the Caribbean: A Wish List for 2013. (Issue Brief). The Heritage Foundation, 2013. Disponível em: <<http://www.heritage.org>>. Acesso em: 27 maio 2016.

WALSER, Ray. U.S Brazil summit: time for a bold policy vision (Issue Brief: No. 3562), The Heritage Foundation, 6 abr. 2012. Disponível em: <<http://www.heritage.org>>. Acesso em: 27 maio 2016.

WEILEMANN, Peter R. Experiences of a Multidimensional Think Tank: The Konrad-Adenauer-Stiftung. In: MCGANN, James G. WEAVER, R. Kent. Think Tanks and Civil Societies. Catalysts for Ideas and Action. New Brunswick/London: Transaction Publishers, 2002. p. 169-186.

WIARDA, H. J. Recommendations for a New Administration: Base Hemispheric Relations on Opportunities, not Threats. 2012. Disponível em: <csis.org/files/publication/121128_HWiarda_HemisphericRelations_HemFocus.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2015.

WIETCHIKOSKI, Luciana (2018). A atuação internacional do Brasil no século XXI: as visões dos principais think tanks estadunidenses (2003-2016). Tese em Ciência Política. Local: Universidade do Rio Grande do Sul, Brasil.

WILSON CENTER. Novos rumos das relações exteriores brasileiras. Report event, 96 p., 28 set. 2007. Disponível em: <<https://www.wilsoncenter.org/publication/brazilian-perspectives-the-united-states-advancing-us-studies-brazil>>. Acesso em: 19 jan. 2017.a

ZILLA, Claudia. Brazilianische Außenpolitik – Nationale Tradition, Lulas Erbe und Dilmias Optionen. Berlin: SWP, 2011. 38 p. (SWP Studie 29). Disponível em: <https://www.swpberlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2011_S29_zll_ks.pdf>. Acesso em: 29 fev. 2016.

ZILLA, Claudia; HARIG, Christoph. Brasilien als «Emerging Donor» – Politische Distanz und operative Nähe zu den traditionellen Gebern. Berlin: SWP, 2012. 22 p. (SWP Studie 7). Disponível em: <https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/studien/2012_S07_zll_harig.df>.

Recebido em: 14/06/2019

Aceito em: 25/09/2019

